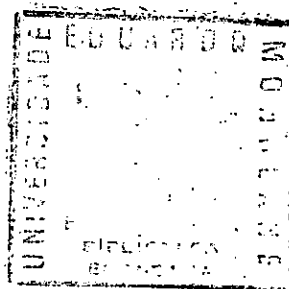


ECO  
102

4 (679) Eco-102



# O Papel do Sector Informal no Desenvolvimento

## Caso de Moçambique

Admiro Bento Checo

Maputo, Agosto de 2003

Trabalho de Licenciatura em Economia

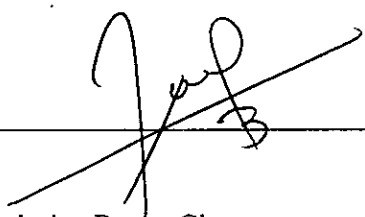
Faculdade de Economia

Universidade Eduardo Mondlane

U. E. M. - ECONOMIA	
N. E.	20688
DATA	19 / 09 / 03
AQUISICIONADO	oferto
DATA	

### Declaração

Declaro que esta dissertação nunca foi apresentada, na sua essência para obtenção de qualquer grau, e que ela constitui o resultado da minha investigação, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que foram usadas.



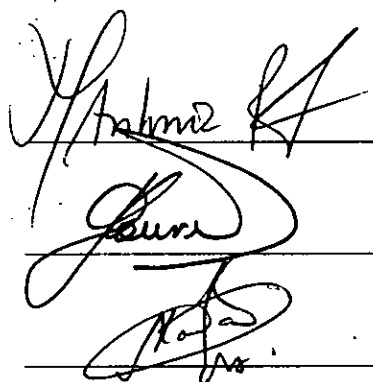
---

Admíro Bento Checo

26 de Agosto de 2003

### Aprovação do júri

Este trabalho foi aprovado com 17 valores no dia 26 de Agosto de 2003 por nós, membros do júri examinador da Universidade Eduardo Mondlane,



---

---

---

Índice	pg.
Declaração	i
Índice	ii
Agradecimentos	iv
Abstracto	v
1. Introdução	01
1.1 Objectivos	02
1.2 Metodologia e Estrutura do Trabalho	02
2. O Sector Informal: Contextualização e Sua Definição	03
2.1 Teorias do Sector Informal	06
2.1.1 Teoria Neo-Liberal e Marxista	06
2.1.2 Teoria Estruturalista	08
2.2 Características do Sector Informal e Formal	09
2.3 Análise do Sector Informal nas economias Subdesenvolvidas e nas Industrializadas	10
2.3.1 Economias Subdesenvolvidas	10
2.3.2 Economias Industrializadas	11
3. Sector Informal no Contexto Africano	12
I. Diferenciação e Características da Força de Trabalho Informal	12
II. Redes Sociais Informais	14
III. Ligação com o Sector Formal	14
IV. Ligação com o Estado	15
3.1 Características do Sector Informal em África	16
3.2 Constrangimentos que Afectam o Sector Informal	16
4. Sector Informal em Moçambique	17
4.1 Causas do Surgimento do Sector Informal	17
4.2 Características do Sector Informal	18
4.3 Relação entre Sector Informal e Formal	21
4.4 Constrangimentos	24
5. A Contribuição do Sector Informal no Desenvolvimento Económico	25
O Caso do Sector da Agricultura	30

Contudo, discutidas as teorias gerais sobre o sector, poderá-se analisar a questão de Moçambique, e tendo como base em alguns estudos já realizados, aliás Velter indica este país como um dos países em que o sector vem conhecendo rápido crescimento, principalmente na década 90 (De Velter 1996: I, 1).

Razões históricas, políticas, económicas e sociais explicam a estruturação das economias desses países, em que sectores informais de grande extensão e com acentuado peso sócio-económico coexistem e se interrelacionam com a ordem normativo-legal, com as instituições e com os diversos agentes que configuram o sector formal da economia.

Só é possível compreender o fenómeno do desenvolvimento tendo em consideração o contexto histórico que lhe deu origem e a natureza do sistema mundial em que se enquadra; daí que os problemas do desenvolvimento tenham deixado de ser encarados como meros problemas relativos a determinados espaços nacionais/regionais para passarem a ser perspectivados num contexto de globalização e interdependência

### **1.1 OBJECTIVOS A ATINGIR**

O presente trabalho tem como objectivos identificar e mostrar o seguinte:

- Até que ponto o sector informal pode ser fonte dinamizador ou constrangedor das economias onde ele prevalece, isto é, será que a existência do sector informal gera ou não crescimento económico?
- Será verdade que o sector informal é um fenómeno conjuntural que tende a desaparecer no tempo à medida que o dinamismo do sector formal se impõe no mercado e as empresas capitalistas em modernização se expandem, absorvendo a força de trabalho excedentária?

### **1.2 METODOLOGIA E ESTRUTURA DO TRABALHO**

O presente trabalho tem basicamente como fontes, a leitura de relatórios, ensaios, e bibliografias relacionadas com o tema, fazendo uma ligação com o desenvolvimento económico e as diferentes abordagens do sector informal.

Terá também como suporte, consultas e algumas entrevistas tidas como fonte oral em alguns mercados informais, na cidade de Maputo entre eles Xipamanine e Xiquelene (por ter julgados como os maiores de Maputo) que serviram de amostras na população dos mercados informais.

Deste modo o presente trabalho apresenta cinco secções principais. A primeira secção apresenta a introdução, a relevância do tema onde inclui o objectivo do estudo e a metodologia, a segunda secção descreve em detalhes o Sector informal e os diferentes contextos em que o sector informal se encontra inserido. Enfoque especial é dado a discussão a volta dos motivos que originam a difusão do sector informal e a definição da OIT (Organização Internacional de Trabalho) e como diferentes autores procuram consenso sobre o assunto (características do sector, suas relações com o sector formal, etc.). A terceira secção, caracteriza o sector informal no contexto africano com particular realce para o caso de Moçambique no que toca a definição, características e contribuição do sector no PIB. A quarta debruça sobre algumas implicações das diferentes análises feitas e a última secção as respectivas conclusões e recomendações.

## **2. O SECTOR INFORMAL: CONTEXTUALIZAÇÃO E SUA DEFINIÇÃO**

Não existe uma definição única nem consenso para a designação de sector informal, existem muitos conceitos associados a terminologias alternativas para designar a economia não formal e que já formam um léxico bastante complexo de expressões, como subterrânea, paralela, oculta, não observada, transitória, clandestina, não contabilizável, não estruturada, submersa (Abreu, 1996). Muitos autores na tentativa de o definirem buscam a sua base de definição em aspectos jurídicos-legais (como fora de lei, ilegal clandestina), outros olham para os aspectos estatístico-legais (sector informal como aquele que é caracterizado por actividades não registadas nas contas nacionais). Um outro grupo, enfatiza aspectos económicos (sector informal como uma economia secundária, alternativa, marginal) (Chichava, 1998:6).

Normalmente o sector informal é descrito como de baixa produtividade e uma espécie de "esponja" que absorve a força de trabalho que não consegue emprego produtivo na zonas rurais ou no sector formal urbano, aumentando a produção e a geração de rendimentos (Ranis, 1998/9).

Existe uma vasta literatura, maior da qual apenas se debruça na definição do sector informal. Alguns dão enfoque no estatuto legal do sector informal, ou seja, este sector engloba todas as actividades que se realizam fora do controlo governamental, "...actividades económicas não registadas, incluindo na subterrânea varias actividades legais não declaradas às autoridades fiscais e actividades ilegais (Samuelson, 1998:850)".

Outros definem o sector informal em termos do tamanho dos seus estabelecimentos, maioritariamente cobre as micro-empresas com menos de 10 trabalhadores, embora não haja consenso no número de trabalhadores que emprega. Outros ainda, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1993), o definem como de tecnologias tradicionais simples visando apenas a assegurar rendimentos mínimos de sobrevivência.

Nesta óptica o sector informal, "integra unidades de pequena escala empenhadas na produção de bens e serviços com o objectivo predominante de assegurar emprego e rendimentos aos que nele intervém, não obstante os constrangimentos em capital físico e humano (Sethuraman, 1981:18).

Vletter (1992:2) define o sector informal como sendo aquele em que operam pequenas unidades económicas e financeiras que empregam não mais de 10 trabalhadores onde o gestor das mesmas é simultaneamente proprietário e que não estão em conformidade com o quadro legal e estatístico do país.

O sector informal é o sector onde operam pequenas empresas dirigidas pelo proprietário, e que não se encontram dentro do contexto regulamental oficial (Banco Mundial 1990:137).

H. De Soto (1994) caracteriza o comércio informal como sendo aquele que se realiza à margem das normas estatais que regulam a actividade comercial, e até mesmo contra elas. Para este autor o sector informal é aquele que é realizado na rua e nos mercados, sublinhando que os comerciantes informais, regra geral, não tem licença para o exercício da actividade, não pagam impostos nem emitem facturas relativas as transações efectuadas. A este aspecto referir que no caso prático de Moçambique os intervenientes no sector informal já satisfazem algumas daquelas condições referidas pelo autor, no tocante ao pagamento de impostos, alguma licença para a prática da actividade.

Trata-se de práticas económicas legais realizadas por agentes económicos com comportamentos económicos que se efectuam à margem, que estão excluídos ou que escapam ao sistema institucional de leis, regras, direitos, regulamentos e procedimentos que estruturam o sistema formal de produção e troca.

Apesar da controvérsia que desde o seu nascimento tem envolvido o conceito, bem como a definição dos critérios que o identificam e delimitam, parece existir alguma convergência quanto aos objectivos que determinam a realização dos comportamentos económicos informais, quanto à exclusão do seu campo conceptual das designadas actividades ilegais/ilícitas e ainda quanto a alguns dos critérios de pertença ao sector informal.

Para efeitos de trabalho e apartir das várias definições poderá ressaltar a seguinte: Sector informal como sendo aquele que integra unidades de pequenas escalas empenhadas na produção de bens e serviços com o objectivo predominante de assegurar emprego e rendimento que nele intervém, sem divisão entre o capital e trabalho como factores de produção.

Assim, o sector informal relaciona-se com certos fenómenos tais como: produção se família somente para subsistência, produção para o mercado, o não registo de trabalhadores, refere-se que para o relacionado apresentam uma característica comum, o não registo, daí que são classificadas como actividades informais.

## 2.1 TEORIAS DO SECTOR INFORMAL

Sobre o sector informal existem diversas teorias que podem ser agrupadas em dois grupos principais: *teorias neo-liberais* e *teorias estruturalistas*. As teorias neo-liberais enfatizam o potencial do sector informal como gerador de auto-emprego e crescimento enquanto que as teorias estruturalistas defendem a expansão da actividade informal como uma estratégia de reestruturação do sector formal em resposta de uma recessão económica. Esta última teoria dá enfoque a aspectos como diferenciação, redes sociais, subcontratação e ligações pelo lado da oferta entre os sectores informal e formal e o papel do estado na expansão do sector informal (Meagher, 1995:259).

### 2.1.1 Teorias Neo-liberal e Marxista

Tanto os primeiros economistas neo-liberais (1950-1960) como os Marxistas dos anos 70 concordavam que o sector informal consistia numa actividade tradicional de auto sustento fora do controlo do estado, ou seja, é "actividade que serve apenas de sobrevivência à margem das economias em desenvolvimento (Meagher, 1995: 261)".

Eles acreditavam que

1. o sector informal é conjuntural e que o seu modo de organização será transformado com o desenvolvimento do capitalismo moderno;
2. o sector informal é uma actividade tradicional que só gera rendimentos de subsistência; e
3. o sector informal é numa primeira fase uma economia periférica que desaparecerá com o desenvolvimento do capitalismo.

Esta teoria confrontada com a realidade dos Países em Vias de Desenvolvimento (PVD) em que as políticas de economia planificada não conseguiram gerar expansão nem eficiência do sector moderno. Nesses países, contrariamente ao que pressupunham Os neo-liberais, a actividade informal aumentou sugerindo o seu potencial na dinamização



da economia num tempo de desintegração e recessão do sector formal (Meagher, 1995:261).

Assim, nos anos 70, os neo-liberais tiveram que redimensionar a sua análise (*nova abordagem neo-liberal*) com forte influência da (Organização Internacional de trabalho) OIT. Opostamente aos primeiros neo-liberais, os novos descobriram um forte dinamismo empresarial no sector informal que sugeria um potencial para a geração de emprego e crescimento. Em vez de ser referido como resultado da intervenção incompleta do estado; o sector informal é analisado como produto da excessiva intervenção do estado na economia que monopoliza os recursos em favor do pequeno e ineficiente sector formal, forçando deste modo, a maioria da população a responder às suas necessidades fora da estrutura reguladora da economia formal.

Dentro desta nova realidade, surgiram duas variantes do pensamento neo-liberal, uma do Banco Mundial (BM) popularizada por H. De Soto no seu livro *The Other Path* (1989), e outra liderada pela OIT. Para o BM, o sector informal tem desenvolvido experiências empresariais e uma estrutura necessária para o *take-off* económico, argumentando que essa constatação é reforçada pela capacidade que as empresas do sector informal tem de florescer mesmo em condições hostis de restrição estatal (Meagher, 1995:262).

Portanto, a promoção do sector informal reside nos pressupostos do livre mercado como liberalização económica e de provisão de infraestruturas básicas. Para a OIT, apesar de reconhecer o potencial do mercado na dinamização do sector informal, argumentam que o obstáculo para o desenvolvimento do sector não somente está na actuação do estado, mas também na fraqueza própria do sector informal como baixo rendimento, baixa produtividade e limitada capacidade humana e técnica.

Deste modo, para além duma menor intervenção do estado, é preciso desenvolver políticas eficazes para aumentar a produtividade do sector informal e acesso aos recursos, através da remoção das restrições desnecessárias.

### 2.1.2 Teoria Estruturalista

Na abordagem da estruturalista, o sector informal é analisado no contexto actual de reestruturação das relações de produção em resposta à recessão, aumento do endividamento e da competitividade nos PVD. A actividade informal envolve uma evasão e perda de estrutura institucional da gestão da força de trabalho.

As formas informais de produção e distribuição são vistas como a demanda do capital pela flexibilidade no uso da força de trabalho, com o objectivo de evitar os custos no que se refere a obrigações de segurança social e outras taxas que agravam os custos da actividade no sector formal (Meagher, 1995:264).

Segundo esta teoria, o sector informal não pode ser considerado como um produto da má política do estado, mas em termos de aumento das possibilidades de acumulação no contexto actual de crise económica global. Longe de representar o triunfo empresarial dos actores da economia informal sobre a regulamentação estatal, o surgimento do sector informal nos anos 80 é visto como uma tentativa do capital do sector formal de reduzir os custos de salários e aumentar a sua flexibilidade ao usar trabalhadores desprotegidos do sector informal, com cumplicidade do estado.

Para além dos aspectos puramente económicos, é preciso analisar aspectos sócio-económicos de cada sociedade. Assim é necessário considerar que para o entendimento do papel e do potencial do sector informal, é fundamental entender questões como a importância da diferenciação dentro do sector informal e dos aspectos específicos da força de trabalho do sector informal, ligações com o sector formal e a atitude do estado face ao sector informal.

Há que considerar também o papel das redes sociais informais na provisão de uma estrutura organizacional para a produção e Venda ou compra dentro do sector informal, e ainda na provisão de uma estrutura para o recrutamento e uso da força de trabalho do

sector informal; na maneira como estas redes sociais controlam e restringem as entradas nas ocupações do sector informal mais lucrativas .

## 2.2 CARACTERÍSTICAS DO SECTOR INFORMAL E FORMAL

Muitos autores mesmo a Organização Internacional de Trabalho(OIT,1993) não dão uma única definição sobre o sector informal, acabando por fazer uma lista grande de conceitos e definições onde procuram encaixar diversas actividades que não cabem dentro da esfera do sector de actividades formais, por falta de consenso sobre incluir no sector informal até questões de heterogeneidade.

Fora das mais características, autores como Colman e Nixon (1994:132) e Meir (198:148) adoptaram a caracterização da OIT que engloba sete critérios e passam por fazer uma comparação entre o informal e o formal sobre as actividades e expectativas.

*Tabela n°01- Comparação Das Características Do Sector Informa E Formal*

Sector Informal	Sector Formal
Facilidade de entrada	Dificuldade de entrada
Confiança nos recursos indígenas	Confiança nos recursos externos
Propriedade familiar	Propriedade corporativa
Pequena escala de produção	Grande escala de produção
Trabalho intensivo e tecnologia adaptada	Capital intensivo e tecnologia importada
Talentos adquiridos fora do sistema formal	Talentos adquiridos no estrangeiro
Mercado não regulamentado	Mercado protegido

Fonte: Meir (1989:148) e Colman & Nixon (1994:132)

Tendo em conta o exposto acima nada procura mostrar que não existe ligação entre os dois sectores, a ligação é caracterizada pela absorção da força de trabalho excessiva no sector informal, pelo sector urbano formal que se beneficia de insumos e bens baratos para si e para os trabalhadores, enquanto o sector informal se beneficia do crescimento do sector formal para a geração duma boa parte do seu rendimento e clientes (Todaro 1989:268-70)

## 2.3 ANÁLISE DO SECTOR INFORMAL NAS ECONOMIAS SUBDESENVOLVIDAS E INDUSTRIALIZADAS

### 2.3.1 ECONOMIA SUBDESENVOLVIDA

Conforme procuramos mostrar neste trabalho, é sobre o funcionamento do sector informal nas sociedades subdesenvolvidas, em que hoje empíricas análises são levadas a cabo.

Não existe uma teoria geral sobre o funcionamento do sector informal para um âmbito tão heterogéneo de aplicação como o de sociedade subdesenvolvida.

O sector informal é associado ao funcionamento da explosão urbana que tem vindo a intensificar-se na generalidade dos países subdesenvolvidos.

Já nos países subdesenvolvidos a tentativa de industrialização e modernização não levou a homogeneidade das condições sócio económicas, os produtores agrícolas continuam a ser dominantes e alheios ao processo ao mesmo tempo que as actividades não agrícolas e de baixo rendimento proliferam.

A incapacidade de criação de postes de trabalho pela indústria em resposta a crise do campo e ao elevado crescimento da força de trabalho que ao emigrar para cidade vêm periodicamente exposta ao sector informal.

Os programas de ajustamento estrutural são sombrios nos países subdesenvolvidos fragilizam ainda mais a estrutura industrial e levam a redução do nível de emprego

global e aumento da população não protegida e, como consequência o sector informal (Dadecca e Baltar 1997:74)

Há como destaque o processo de formação e criação de micro e pequenas empresas, apesar de ser criticada para o desenvolvimento económico em muitos países em desenvolvimento e face a internacionalização e globalização da economia, cria-se um ambiente de maior competitividade e que a estratégia de redução de custos, flexibilidade de produção e um seu da força de trabalho, requerem empresas menores (Cacciamali e Pires 1997:89-93), o que leva um exame profundo do papel do sector informal no sistema moderno, em que este sector possa ser integrante.

- Apartir da análise pode-se afirmar que na análise do desenvolvimento económico é preciso inserir o sector informal na dinâmica do funcionamento global da economia subdesenvolvida. Para sustentar esta informação vários autores prevaleciam o estudo de outras áreas da economia é o caso de transporté, urbana, onde a actividades informais se articulam com as actividades formais (Hugon,1995).

### 2.3.2 ECONOMIAS INDUSTRIALIZADAS

Há que estar ciente que certos instrumentos de análise utilizados para o estudo das economias subdesenvolvidas, podem terem sido utilizados com êxito nas economias industrializadas, sem contudo de deixar de inserir esses instrumentos no contexto dos países subdesenvolvidos:

Autores como Dadecca e Baltar (1997), fazem referência de que nos países desenvolvidos e industrializados o processo mais desenvolvido foi acompanhado pela forte intervenção reguladora do Estado e pelo aumento da democratização.

A intervenção e criação do bem estar social e o espírito de negociação colectiva (sindicalização) ajudou sobre maneira a estabelecer uma estrutura em que mesmo a força de trabalho não produtiva fosse protegida e assalariada. O que permitiu maior

institucionalização e homogeneidade das relações de trabalho entre o sector informal e o formal, integrando no mesmo padrão de consumo sem exclusão social.

### 3. SECTOR INFORMAL NO CONTEXTO AFRICANO

A característica comum do sector informal em África é reflexo de condições políticas e históricas em que os actores económicos são atirados para a economia informal para gerarem rendimentos de subsistência devido a abdicação do Estado de garantir a reprodução da classe trabalhadora no contexto actual das reestruturações económicas. Contudo, embora as experiências de informalização no contexto moderno ser parte de uma estratégia global de defender os lucros do sector formal, a maneira como o sector informal é incorporado no processo de reestruturação depende das circunstâncias históricas em que o mesmo surgiu num dado país bem como do seu posicionamento dentro da economia global. Neste contexto, qualquer análise do sector informal Africano deverá incluir aspectos como:

- (i) as diferenciação e as características da força de trabalho informal;
- (ii) redes sociais informais;
- (iii) ligação entre o sector formal e o sector informal; e
- (iv) o papel do Estado (Meagher, 1995:266).

#### (i) Diferenciação e características da força de trabalho informal

A pressão da crise económica e o ajustamento estrutural têm aumentado a diferenciação do sector informal em muitos países Africanos mesmos que em menor grau do que na América Latina. Muitos estudos tem caracterizado o sector informal Africano como sendo de acesso fácil. Lopes(1996:9) designa o sector informal como de "acesso normalmente livre" no sentido de que esse acesso é isento da burocracia que normalmente acompanha a abertura duma firma formal. Envolve um pequeno proletariado informal e operadores por conta própria em actividades de sobrevivência com grandes dificuldades de acumulação.

Muitos actores do sector informal são classificados como "independentes" e "auto-empregues". Contudo, tem se notado que no contexto de estratégias de "trabalho flexível", muitos destes são muitas das vezes trabalhadores desprotegidos que são tratados como "auto-empregues" (Mcagher, 1995: 267).

É preciso também ter em conta *o potencial do sector informal na absorção da força de trabalho* em tempos de altos níveis de desemprego. Normalmente, o sucesso da actividade informal depende do acesso aos recursos sociais, físicos e financeiros frequentemente disponíveis para o sector formal. O sector informal tem menos acesso aos equipamentos e bens bem como das redes sociais nas quais a informação sobre as oportunidades informais é transmitida. Assim, a absorção do sector informal aos desempregados tende a ser restrita a sectores que produzem para além da simples subsistência.

No que se refere *a diferenciação e a mulher*, tem sido argumentado que o sector informal proporciona geração de rendimentos e acumulação às mulheres que, tradicionalmente, tem sofrido a restrição no acesso à educação e ao emprego formal.

Contudo, dada a estrutura de barreiras de entrada dentro do sector informal, não se pode confundir crescimento das entradas das mulheres no sector como o aumento das oportunidades. As mesmas barreiras que as mulheres enfrentam no sector formal, são as mesmas que encontram no sector informal como acesso limitado ao capital e baixos níveis de educação e formação.

Esta situação faz com que as mulheres se concentrem em actividades de baixo rendimento como costura, cabeleireiro, cozinha, etc. Esta tendência aumentou ainda mais com o declínio dos salários reais e do aumento do desemprego como consequência dos programas de ajustamento estrutural, obrigando as mulheres a trabalharem para suplementar o rendimento familiar.

Devido a essas barreiras, o aumento das entradas femininas no sector informal não contribui para a feminização do trabalho industrial. Em geral, o processo de informalização em África está subordinando o trabalho feminino ao nível de reprodução do que ao nível de produção, ou seja, o trabalho feminino não é incorporado directamente no processo de produção capitalista. Isto constitui um travão ao desenvolvimento de uma classe trabalhadora estável urbana (Ibidem).

## **(ii) Redes Sociais Informais**

O Banco Mundial é tido como tendo opinado que elas constituem associações informais, organizações de raiz e redes comunais independentes do Estado, e capazes de responder a mais eficazmente e democraticamente do que as instituições do Estado à necessidade económicas e sociais da população (Meagher 1995: 273).

A integração das instituições informais na economia formal requer uma análise em duas frentes: ligação do sector informal com o sector formal e ligação do sector informal com o Estado. De igual forma não se registaram alterações significativas quanto à natureza desse processo de crescimento, que continua a ser, essencialmente, de tipo horizontal, com o aumento (muitas vezes em bases precárias) do número de unidades que na sua esmagadora maioria, no que se refere à sua composição em termos de mão-de-obra, são micro-empresas, e situações de auto-emprego e não com o aumento de dimensão e de capacidade económica dessas unidades

## **(iii) Ligação Com o Sector Formal**

A actividade do sector informal é desenvolvida no contexto da economia como um todo. Assim o processo de diferenciação e acumulação não é só determinado por relações internas mas também pela natureza das ligações entre sector formal e informal. Para os neo-liberais a estratégia de promoção do sector informal envolve o fortalecimento das ligações com o sector formal através do aumento dos apoios às firmas do sector informal. Eles assumem que os apoios do sector formal vão quebrar a armadilha de baixa



produtividade que bloqueia o crescimento do sector informal, e, a partir daí, expandir os mercados e melhorar/intensificar a transferência de modernas para o sector informal.

As ligações entre o sector informal e as indústrias e o governo tem sido limitadas pela qualidade baixa e desconfiança da produção do sector informal e por outro, sugerem que as empresas do sector informal com ligações às indústrias tendem a ter altos rendimentos do que aqueles que estão confinados ao mercado do consumo de baixo rendimento. Os ganhos da Ligação entre os dois sectores não vem apenas da eficiência do sector informal mas do uso do factor trabalho barato.

#### (iv) Ligação Com o Estado

Para os neo-liberais a actividade informal representa a "resposta do povo" à excessiva regulamentação e burocracia do Estado, ou seja, o sector informal é visto como uma actividade que opera à margem do Estado. Na visão estruturalista da informalização, o sector informal está acima de qualquer criação política. As condições para o seu surgimento e operação provem da cumplicidade e atitude ambivalente do Estado.

Política ambígua e inconsistente representa um implícito encorajamento do sector informal, a partir da altura que o Estado falha na provisão activa e sustentação dos operadores do sector informal e origina um *gap* na estrutura legal que por sua vez permite o florescimento deste sector. A exclusão estatal a grupos como mulheres, crianças e migrantes de certas formas de apoio institucional cria também oportunidades estimuladoras do sector informal

Por outro lado, a implementação das reformas do ajustamento estrutural promovem relações informais através da desinstitucionalização e descentralização da economia. Neste contexto, a reestruturação económica representa uma drástica redefinição do compromisso social que definia as condições da reprodução da força de trabalho. A eliminação das instituições capazes de responder à procura do trabalho e

simultaneamente a erosão material e da base social da reprodução do trabalho atirou uma força de trabalho enorme para os sistemas de sustentação informal.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS DO SECTOR INFORMAL EM ÁFRICA

As principais características que o sector informal da região ocidental de África apresenta não são distintas como são idênticas as de muitas outras regiões de África, sendo descritas como:

- Unidade básica é a família;
- Fácil acesso, o que leva a saturação constante do mercado;
- Não se nota integração económica entre as actividades;
- Ligação com mercado estrangeiro quase inexistente, sendo esta com o comercio fronteiriço
- A participação da mulher tanto nas zonas rurais e urbana é bastante significativa e uma média de acima de 50% em parte devido a constrangimentos de ordem prática, cultural e legal.

### 3.2 CONSTRANGIMENTO QUE AFECTAM O SECTOR INFORMAL DE ÁFRICA

Problemas de ordem financeira e não financeira abalam os proprietários de negocio e de unidades de produção da sector informal da região e goram os esforços de gestão e expansão. Problemas relacionados com o mercado e o marketing são as causas dos maiores constrangimentos não financeiros , a falta de procura pelos produtos e serviços do sector informal. A falta de procura é causada por um lado pelo baixo nível de rendimento e pouco poder de compra, e por outro pelo grande número de operadores informais que saturam o mercado. Um outro problema não financeiro é a falta de infra-estruturas adequadas, problemas de elevado custo de acesso à água e electricidade também limitam o progresso das micro-empresas e privam do uso de tecnologias e

métodos de produção avançados. Do lado financeiro, a falta de dinheiro é a causa mais apontada, falta de capital e de fonte de crédito, poupança pessoal ou empréstimos de amigos ou familiares são geralmente a fonte inicial.

#### 4. ECONOMIA INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Não obstante a diversidade das opiniões a volta das causas que levam a expansão e surgimento da actividade informal, em Moçambique, o mesmo começa a se fazer sentir a partir de 1987 ( Abreu 1996 :13). Contudo, existem sinais da existência do sector informal antes da implementação do programa de ajustamento estrutural, a partir da sua contribuição no PIB com 32% em 1985 e 30.5% em 1986. Durante a época de economia planificada existiam actividades clandestinas obscuras vulgarmente "candongá" (De Velter, 1996).

##### 4.1 CAUSAS DO SURGIMENTO DO SECTOR INFORMAL

O seu surgimento está associado as crises que assolaram vários países em desenvolvimento pela falta de recursos, de tecnologia e competência que estiveram na origem do declino tanto do sector agrícola como industrial desde os anos de negociação e proclamação da independência, outro factor deve-se a migração campo-cidade.

O sistema de economia centralizada e administrativamente dirigida no quadro de regime de partido único de orientação socialista, que se traduziu, no comércio interno e na instauração de monopólio de Estado, passando este a garantir o abastecimento das populações. Noutra vertente pode-se falar da escassez de produtos, o seu racionamento e distribuição centralizada, associado ao esvaziamento progressivo do poder de compra dos salários, condicionaram a que uma parte da população passasse a procurar os bens e serviços nos mercados paralelos que começaram a surgir nos bairros periféricos.

Em Moçambique, outro fenómeno foi a guerra, a concentração de investimentos nas zonas urbanas, falta de infra-estruturas sociais nas zonas rurais, entre outras. Por outro lado verifica-se a resistência de retorno às zonas rurais por falta de incentivos

suficientes e por razões de acumulação (alteração de hábitos e comportamentos) e, até mesmo a pobreza aguda que não permite a cobertura dos custos de regresso ( Abreu 1994:183-4).

As empresas estatais, competia a responsabilidade de gestão dos supermercados e lojas (do povo, cooperativas, etc.) onde se tinha acesso a bens através de cartões de abastecimento. A escassez de produtos, o seu racionamento e distribuição centralizada associados ao esvaziamento progressivo do poder de compra dos salários reflectiam-se rapidamente na procura desses bens ou da sua obtenção de rendimentos adicionais nos mercados paralelos, em particular nos mercados que começavam a surgir nos bairros periféricos de Maputo para responder à procura de crescentes camadas da população."

De entre os factores que se podem apontar como causas do surgimento e propagação deste sector em Moçambique, para além das já mencionadas, destacam-se, no âmbito das medidas de reestruturação económica:

**Privatizações** – geraram um aumento do número de desempregados que não viram outra alternativa de sustento se não o ingresso nas actividades do sector informal.

**Alargamento dos impostos** – quanto mais altos os impostos, maior tendência em não declarar os rendimentos tributáveis e, por essa razão, maior tendência em ocultar as transacções que geram os tais rendimentos tributáveis. As actividades do sector informal são consequência directa de altos níveis de impostos e de restrições governamentais sobre os negócios dos agentes económicos.

#### 4.2 CARACTERÍSTICAS DO SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Embora o fenómeno informal não seja novo, a falta de consenso é uma realidade que mostra carência de estudos mais elaborados que espelham a realidade sobre a economia informal a nível nacional tanto em termos de características como em termos da sua dinâmica e real dimensão e peso na economia, facto que dificulta os formuladores de políticas na elaboração de estratégias macro-económicas de desenvolvimento económico.

Uma das características mais marcante é a facilidade de entrada e a quase inexistência de barreiras à entrada e saída, caracterização esta que deve ser reformulada pois o sector informal observa certas características de mercados não perfeitos.

Autores como SmithII e LutterII numa pesquisa feita em Ibadan Nigéria, verificaram que os que procuram inserção no mercado informal se confrontam com mercados incompletos, de informação imperfeita, bem como com a presença de associações que controlam o funcionamento da actividade.

O carácter informal, manifesta-se pela inexistência de vendas a crédito e pela ausência de garantias e serviços pós-venda, bem como pela participação de grupos sociais mais desfavorecidos da população, para o caso de Maputo podemos encontrar grupos sociais bem estáveis (funcionários do aparelho do Estado, jovens com nível médio de escolaridade).

A caracterização feita neste trabalho é apresentada baseando-se em estudos feitos principalmente nas grandes urbes de Maputo, Beira (De Veltter, 1996) sem fugir ao que foi observado nos mercados informais de Xiquelene, Fajardo, Estrela Vermelha e 24 de julho, mais também em áreas rurais e urbanas da região norte e centro (MOA/MSU Research Team 1997) e numa zona rural de Vilankulos (Ardeni 1997) e em estudos relativos ao comércio fronteiriço não registado.

Em Moçambique o sector é caracterizado por:

1. Maior parte da população envolvida em actividades informais tem baixos rendimentos;
2. Pouco capital;
3. Tecnologia rudimentar (basicamente tradicional);
4. Pouco ou nenhum crédito das instituições financeiras formais; e
5. Condições de vida razoável para uns e miserável para maioria.

A partir das características enumeradas é de salientar uma heterogeneidade dessas mesmas características e dos comportamentos que justificam pela necessidade de adaptação às realidades do dia a dia. Em geral, a actividade informal em Moçambique pode ser analisada a partir da sua localização física, tamanho da empresa e género e tipo de actividade, e outras características como as seguintes:

1) *Localização física*

A maior parte é levada a cabo nos domicílios dos proprietários, em mercados locais oficiais operando em regime de complementaridade e, por vezes, de concorrência, nas ruas onde é feita o processo de aprendizagem e em zonas de maior concentração.

2) *Tipo de Actividade*

Existe uma diferença de distribuição sectorial das actividades entre zonas rurais e urbanas, sendo a manufactura predominante com cerca de 54.4% (confeção de bebidas alcoólicas e de alimentos) e em comércio com 31.5% (MOA/MSU Research 1997:6-7).

3) *Tamanho de empresa*

A maior parte são levadas a cabo por uma única pessoa 58.2%, duas pessoas 28.7%, entre 3 a 5 trabalhadores 11.5% e com 1% e 0.5% respectivamente entre 6/10 e 11/50 trabalhadores (MOA/MSU Research 1997:6-7).

4) *Género e tipo de actividades*

No global os homens superam as mulheres em posse das empresas 75.7% contra 22%, sendo os restantes 2.3% empresas detidas por ambos. Nas zonas rurais 80.4% contra 17.1% e a maior parte dessas mulheres aparecem envolvidas em actividades manufacturarias (MOA/MSU Research 1997:8-9).

Contudo, de certo modo e em geral o envolvimento dos homens aumenta até ao ponto de dominar muitas áreas do comércio e serviço devido ao desemprego e elevada migração (de Velter 1996:17), nos países em desenvolvimento, as mulheres exercem as próprias actividades, na maioria no sector informal e portanto uma melhor avaliação da sua contribuição passa pela melhoria dos métodos que medem as actividades informais; as mulheres desenvolvem, mais frequentemente que os homens, uma pluralidade de actividades que são ainda pouco conhecidas e mal medidas.

5) *Produtividade*

baixa, salários exíguos e pagos irregularmente;

6) *Funcionamento*

não tem horários fixos, nem dias fixos de trabalho, o que torna-o útil à qualquer momento. Há uma agressividade dos operadores, bem como a discriminação dos preços em função das características de cada cliente;

7) *Tecnologia*

rudimentar, artesanal e adaptada às necessidades do seu tipo de mercado. Observou-se em alguns mercados como o de Xiquelene e o de Estrela Vermelha, o fenómeno de crescente fraccionamento das unidades de comercialização de forma indiferenciada e generalizada.

8) *Emprego*

emprega mão-de-obra barata, jovem, e com predominância do sexo feminino em certas actividades como a venda de produtos hortícolas, vegetais e outros produtos agrícolas, confecção de comida, comes e bebes, cabeleireiro, etc..

As actividades do sector informal podem ser encontrados em todos os sectores da economia incluindo transporte, comunicação, intermediários financeiros, construção civil, industria, nomeadamente nas micro e médias actividades industriais (confecção de vestuário, industria alimentar ou industria de mobiliaria), actividades comerciais a retalho ou a grosso ou ainda agricultura. Os seus agentes incluem sapateiros, vendedores ambulantes, mulheres dos mercados, agentes de câmbio, táxis e mecânicos, sendo constituído na sua maioria por mulheres, grupos de jovens desempregados e menores, deslocados de guerra, soldados desmobilizados e trabalhadores do sector público.

#### 4.3 RELAÇÃO ENTRE SECTOR FORMAL E INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Para a situação de Moçambique, talvez dizer que o mercado de trabalho é formado por dois grandes grupos, sendo um deles o formal e o informal, tendo este maior destaque. Basta olhar para as zonas rurais e periféricas, vários indivíduos dedicam-se a actividade de pequeno comércio recebendo por isso rendimentos baixos. Uma forma de olhar para o

sector informal passa necessariamente pela remoção de barreiras e impedimentos (abusos praticados pela segurança pública, sistema legal e a administração pública) que afectam o crescimento do sector.

Qualquer que seja o apoio para o sector passa necessariamente pelo desenvolvimento de instituições de crédito, programa de formação, estabelecimento de locais para novos mercados informais que recebam a devida protecção da administração pública e pela existência de normas para simples licenciamento.

A maior crescência do sector informal poderá também estar ligada ao aumento do salário mínimo, pois estes aumentos afectam o trabalhador no mercado informal de trabalho, bem como ao aumento de migração campo-cidade. Qualquer sistema económico é composto por dois grandes conjuntos que compõem o mercado de trabalho, sendo um qualificado e outro não qualificado, este composto por vários grupos à saber: sector formal da economia (função pública, empresas e agencias internacionais) e o sector informal (urbano e rural).

O mercado informal normalmente e geralmente paga salários baixos por absorver maior oferta e por se fazer regir por regras de mercado em competição perfeita, por aquilo que se verifica no nosso país, o mercado informal é aquele que encontra estímulo para maior crescimento, como forma de reverter a situação actual seria necessário o aumento ou incentivos para novas empresas de trabalho intensivo.

Moçambique, é um país que se estima que a relação entre o sector formal e informal em termos de trabalho pode ser entendido bastando para tal observar: Estima-se que o sector formal da economia emprega cerca de 600 a 650 mil pessoas pelo que, comparativamente, à população total economicamente activa( 6.5 milhões de pessoas activas, dados referentes ao ano 2000 I.N.E.), mas afectam certamente os rendimentos daqueles que estão no sector informal,( Franco, 632)



Vendo o sector de trabalho, pode-se a titulo de conclusão dizer que o salário mínimo é uma questão crucial para o crescimento do sector informal e como alternativa para por cobro passa por implementação de políticas de estímulo à criação de novas empresas de trabalho intensivo, o que de certa forma passa por aumento de níveis de investimento e promoção da indústria concentrada em exportação.

Tendo em conta certas causas do surgimento do sector informal ( privatizações e base tributária), pode-se verificar que em Moçambique há mais pessoas empregues no sector informal, para contrariar a situação passa pela remoção de barreiras e impedimentos que afectam o crescimento do sector, sendo de destacar abusos de poder praticados pelos agentes de segurança pública, o sistema legal e a administração pública, desenvolvimento de instituições para programas de formação, estabelecimento de locais para novos mercados informais que recebam a protecção da administração pública e a existência de regras simples de licenciamento, podem ser bons apoios ao sector, ( Franco, 639)

A relação entre o sector formal e informal, pode ser vista a nível do comércio grossista quer também pelo comércio retalhista. No que se refere a comércio a retalho, o sector informal é o mais dominante comparativamente ao sector formal, estes dois sectores estabelecem uma relação de concorrência e/ou complementaridade.

o crescimento contínuo, registado em Maputo, do número de operadores engajados nas actividades económicas informais, não se tem traduzido na manifestação de uma capacidade real do sector informal em funcionar em níveis crescentes de mobilização de recursos e de padrões de actividade, de acordo com as exigências de funcionamento mínimo e de crescimento sustentado do sistema económico, insuficiências acentuadas em termos de métodos/técnicas de gestão/administração, reduzidos níveis de eficiência, prevalência de métodos artesanais de produção, baixo nível de qualificação da força de trabalho, má qualidade dos produtos são algumas das desvantagens competitivas relativamente ao sector formal

#### 4.4 CONSTRANGIMENTOS QUE AFECTAM O SECTOR INFORMAL EM MOÇAMBIQUE

Uma das razões da estagnação do sector informal em Moçambique é a falta de fundos, apesar de se falar sobre apoios financeiros através de instituições financeiras, *xitiques*, empréstimos familiares e organizações não governamentais.

Inerente ao fornecimento e organização do sector informal é difícil alargar e abranger todo em termos de apoios. A diversidade de actividades bem como a difícil confiança que os mesmos depositam para as instituições de crédito e a falta de comparticipação por parte dos empresários da área informal é também um constrangimento.

No que se refere ao governo, a necessidade de melhoria da legislação e regularização de estatutos das unidades económicas do sector informal, redução dos impostos para as actividades de baixo rendimento, criação de incentivos para as pessoas se virarem mais para as actividades produtivas ao invés de se concentrarem no comércio, etc.

Não há notícia de qualquer tipo de intervenção específica, em termos de política económica, por parte do Estado moçambicano, no sentido de enquadrar e promover o crescimento sustentado do sector informal e as potencialidades que dele decorrem.

De referir que ao constrangimento crédito, em alguns mercados informais observados há um fenómeno daquilo que chamaríamos de o mais alargado *Xitique*, pois passa por se encarregar um membro do mercado que no seu dia-a-dia faz a recolha de certa quantia previamente estipulada que é depositada num banco e o mesmo recebe no final do mês por um dia de trabalho.

Os fundos obtidos para além de fundos individuais, servem também de um fundo de crédito para as actividades desenvolvidas pelos membros do mercado. Em relação ao pagamento, estipula-se uma certa quantia adicional sobre o valor cedido e beneficiário

vai depositando a quantia no final do mês, os vendedores do mercado Xiquelene, Fajardo e Matola mostraram-se satisfeitos pois a iniciativa tem estado a ajudar muitos membros.

## 5. A CONTRIBUIÇÃO DO SECTOR NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Falar de desenvolvimento económico no contexto moçambicano significa fazer algumas adaptações do pensamento convencional sobre os problemas económicos. Um dos factores chave parece ser a aceitação da existência de um sector informal que controla, em parte, o desemprego e que contribui em larga medida para a melhoria das condições de vida da maioria da população.

As unidades domésticas produzem uma parte substancial dentro e para a economia de mercado e é importante olhar para as relações económicas do ponto de vista da unidade doméstica, que se torna mais visível no sector informal

A partir do conhecimento de que a célula base do sector informal é a família sendo maioritariamente dominada pela mulher e olhando para a definição feita pela OIT de que o sector informal é composto por unidades económicas que funcionam fora do quadro administrativo e legal ou estatístico, deixa claro que o resultado ou ganho deste não entra no cálculo do PIB bem como não entra para as estatísticas do mercado de trabalho. Contudo, a contribuição subestimada do sector informal no PIB é de 1/3.

Só para dar uma ideia a nível de África sub-sahariana, no que se refere ao mercado de trabalho, somente 6% da força de trabalho é absorvida pelo sector formal e os 75% pelo sector informal (Franco, 640), razão pela qual conclui-se que o mesmo tem peso maior no PIB.

No que toca a Moçambique, para além do crescimento natural da população que leva a um crescimento da população activa a um ritmo de 3% por ano, muita força de trabalho migra para os centros urbanos. Pelo censo de 1980, 13% população era urbana e 87% e em 1990 a população urbana atingiu 27%, tabela nº 2 em anexo. Considerado a

potencial grande para contribuição nas receitas estatais, constituindo provavelmente o sector mais disponível para o alargamento da base tributaria.

{ O Sector informal é o meio de distribuição de grande quantidade de bens e serviços produzidos pelo sector formal ou da importação, beneficiando das virtualidade da sua flexibilidade e capacidade de adaptação às características da procura.

Muitas são as opiniões à volta das estratégias de promoção das actividades económicas informais, mas devido a multiplicidade das actividades há que tomar em consideração o processo selectivo das mesmas, sendo o processo sustentado por estudos aprofundados sobre as implicações de todos os aspectos de funcionamento do sector, ( Chichava, 1998) sublinha a necessidade de repensar o sector informal e de proceder ao seu correcto enquadramento, no sentido de potenciar os diferentes contributos que, em termos económicos, dele podem advir( balanço da relação custo-benefício)

Nos mercados informais observados em Maputo, alguns dos quais os maiores, tendo com base os mais importantes a determinação da taxa de rendibilidade, que é dificilmente captados pelos indicadores económicos e contabilísticos tradicionais, o lucro, neste contexto, é muitas vezes consumido na satisfação das necessidades imediatas dos participantes em actividades informais, pelo que para ter informação sobre o andamento económico da actividade parece ser mais oportuno avaliar o impacto do resultado sobre as condições de vida do interveniente e da comunidade a que ele insere-se.

Assim em tempos mais ou menos verifica-se a melhoria das condições de vida dos intervenientes e dos membros do seu agregado, permitindo por exemplo o acesso à educação dos membros com idade escolar assim como oportunidades de trabalho para os membros do agregado desempregados.

Opiniões divergentes a cerca do assunto são vastas em redor de medidas políticas de promoção do sector, talvez importante, mencionar alguns aspectos relativos ao papel das

insignificante expansão do emprego formal, a maior parte dessa força de trabalho ingressou no sector informal.

Deste modo inferir-se que a existência das actividades informais é importante porque:

- (1) intensifica a concorrência para a fraca rede comercial formal com a consequente baixa de preços;
- (2) é flexível e oferece os serviços e produtos em locais e em horas que os formais não atingem por os operadores informais estarem próximos dos clientes; e
- (3) por haver produtos indispensáveis produzidos pelo sector informal.

Embora se considere o sector informal como um sector residual, ele se afigura de larga importância para maioria da população activa que julga ter apanhado refúgio, bastando ver a heterogeneidade e o grande número das actividades, o que complica os programas de apoio a nível empresarial e a elaboração de políticas para o sector em estudo. Assim, é necessário a criação de uma política a médio prazo com a finalidade de incentivar e facilitar a vida das pequenas e micro empresários.

É diante dos que trabalham com as contas nacionais, Instituto Nacional de Estatística, procurarem uma metodologia continua e forma de recolha de dados capazes de reflectir o sector informal, a partir de estudos sistemáticos e de cobertura económica.

De acordo com a institucionalização e delimitação das unidades económicas, o sector informal tendo como característica principal e a unidade organizacional a família, a unidade de produção, o cálculo das despesas de consumo das mesma deduzidas da parte não registada na produção, podemos concluir que o sector é de contribuição significativa no PIB.

Baseando na unidade familiar para medir o peso do sector informal pode-se concluir que o PIB oficial Moçambicano estaria subestimado em 70% e que o sector informal subestimado em cerca de 30% (Ardeni 1997:19). Sendo assim, este sector detém um

actividades informais no contexto de desenvolvimento económico , sendo assim e de modo geral o papel do sector informal poderá ser:

- Providenciar sustento e emprego à um grande numero de pessoas, sobretudo população urbana,
- Fazer o máximo uso da mateira prima local, sobre tudo de natureza agrícola,
- Criação de fontes de trabalho a custo do capital baixo,
- Ser flexível na resposta às mudanças do ambiente económico,
- Contribuir significativamente para a economia em termos de produção de bens e serviços,
- Fornece bens e serviços que são bastante procurados e que não podem ser satisfeitos pelo comércio formal em contracção, e
- Reforçar as ligações entre diversos sectores da esfera económica.

Em relação ao aspecto providenciar emprego, o sector informal é reconhecido pelo facto de desempenhar um papel amortecedor de tensões económicas e sociais, ao assegurar a manutenção dos níveis de coesão da sociedade através da criação de emprego em situação de crise económica-social e da geração de oportunidades de obtenção de rendimento para os grupos mais desfavorecidos.

Fonte de trabalho a custo do capital baixo, refere-se a aprendizagem que é feita na própria rua, capaz de fornecer indicações sobre os bens que se transaccionam com mais facilidades e respectivos valores, na generalidade dos comerciantes informais operam por conta própria, ainda que seja também frequente encontrar vendedores a trabalharem em regime de comissões para comerciantes de rua com localização fixa .

Em relação ao aspecto fornecer bens e serviços, referir que o caracter informal manifesta-se na quase inexistência de vendas a crédito e na ausência de garantias e serviços pós-venda. O verifica-se também é a dimensão invariável e o padrão de oferta que é muito diversificado, assente essencialmente em bens de consumo não duradouros.

71 Dos 16 mercados em Maputo lista em anexo, asseguram o fornecimento de géneros e artigos aos habitantes, a sua distribuição não é homogénea, dependendo a sua maior ou menor concentração de factores como densidade populacional, a antiguidade, facilidade de acesso e proximidade de vias de comunicação, e o dinamismo económico local. Nestes mercados na maioria deles a oferta é diversificada, sendo comercializada uma grande variedade de bens de consumo.

Outro aspecto de registo, é o facto de haver uma maior agressividade dos operadores e uma frequente e corrente discriminação dos preços em função das características de cada cliente, fraccionamento das unidades de comercialização, de forma indiferenciada e generalizada traduzindo a adaptação da oferta dos operadores aos níveis mais reduzidos da capacidade aquisitiva dos consumidores.

Sector informal é flexível, uma vez que é praticado na maioria dos países em desenvolvimento em condições sócio-económicas restritivas e beneficia das virtualidade da sua flexibilidade e capacidade de adaptação às características da procura.

Reforçar as ligações, pelo facto de que num dos pontos de maior concentração, nas imediações dos mercados oficiais ( Xipamanine, central..), existe lá uma cintura que complementa e por vezes cria concorrência, assim como os outros sectores da economia ( transporte, produção artesanal de bebidas alcoólicas e outros serviços) verificam-se com peso relativo onde se há praticas do sector informal, criando ganhos de competitividade por via das sinergias, em termos de custos, potenciadas pela complementaridade entre o sector informal e o formal.

A razões são varias podendo ser vista do lado de este sector poder reciclar os desperdícios adaptando-os a tecnologia apropriada permitindo eficiência de alocação de recurso, pode ser visto como potencial para as necessidades de redistribuição do rendimento em favor dos desfavorecidos e pobres encontrados nos centros urbanos, mas também em áreas rurais (Todaro 1997:270)

Uma das maiores desvantagens do sector informal reside no forte relacionamento entre a migração rural-urbano e a absorção de mão-de-obra no sector informal. Os migrantes do sector rural têm uma taxa de desemprego mais baixa e um período de espera, antes de obter emprego no sector informal muito curto.

Relação entre migração campo cidade crescente absorção de trabalho no sector informal de tal forma que a promoção de oportunidades de rendimento e emprego urbano através da promoção implicando um aumento de expectativas de emprego no sector informal e agravando o desemprego urbano : Todaro propõe a promoção deste sector fora das áreas urbanas (Todaro 1997:271)

### **O CASO DO SECTOR DA AGRICULTURA**

Para avaliar o impacto do sector informal, tomamos o caso da agricultura, por se estimar que cerca de 70% da população vivem nas zonas rurais e as restantes nas urbanas, conforme a tabela nº 02 que da informe sobre ocupação e actividade económica, observa-se que 87,8% da população ocupa-se da agricultura e em actividades de pecuária e somente 8,7% dos trabalhadores remunerados é que estão afectos a agricultura.

No sector da agricultura cerca de 42,4% são trabalhadores por conta própria, 56,5% não são pagos e 1% é pago do aposento no total dos não trabalhadores da agricultura e das actividades pecuárias.

Na maioria da população afecta as zonas rurais e da análise da tabela nº 03 verifica-se uma certa complementaridade das actividades, bastando para tal verificar que a maioria da população não farmeiros que trabalham por conta própria 51,2% de 65496 pessoas, dedicam-se a actividades do comércio, 66,3% dos trabalhadores não farmeiros conforme a tabela nº 04 são pagos e eles obtêm rendimentos apartir dos trabalhos realizados em espécie de dependência, onde 20,8% pertencem a categoria dos auto-empregados e 9,4% são trabalhadores de famílias não-pagos, observando ainda a mesma tabela verifica-se



que 70% dos trabalhadores são encarregues de outras actividades económicas não sendo a comercial

A IDN, não mostra o número de pessoas remuneradas para o pequeno negócio, sendo estas consideradas no sector informal, assim pode-se inferir que cerca de 30,2% pessoas trabalham para o sector informal. Da tabela nº 05 observa-se que só a actividade do comércio, o sector informal cobre a maior parte, verifica-se também que o valor total da produção do país é composta de 23,6% de agro-pecuária e 76,4% das outras actividades.

Tendo como base um aspecto da definição do sector informal e o mais característico aspecto familiar, observa-se da tabela nº 06 que só em 1991, o sector familiar produziu 46,3% do valor adicionado no país, sendo as organizações e o comércio as principais actividades em gerar maior contributo, reflectindo que a maioria dos rendimentos provem de actividades tidas como de menor impacto para o crescimento económico tabela nº 07.

Sabe-se que cerca de 80% da população global é rural, justificando assim uma estrutura tradicional para Moçambique, dificultando analisar as vantagens e desvantagens acerca do desenvolvimento, o que de certa forma passa pela observação do contributo familiar no desenrolar das actividades informais.

Muitos estudos já foram realizados sobre o sector informal em Moçambique, talvez salientar que uma das grandes dificuldades enfrentadas deve-se a prioridade que o governo atribui a este sector, sendo assim o governo preocupa-se com o aspecto do não-registo, evitando com que o mesmo coleccione lucros através das taxas..

Da tabela nº 08, observa-se que do total das pessoas com ocupação no país 54,4% é empregada em grupos de famílias de produção, destes 34,3% é empregue em actividades de agricultura e 65,7% em outras actividades, principalmente em organizações e comércio.

Da tabela nº 09, observa-se que 38,8% do valor total do fornecimento de rendimentos da família não provem das actividades da agricultura. As famílias produzem para o seu próprio consumo em cerca de 51,3% da produção de pesca e 43,4% da sua produção industrial, e cerca de outros produtos mercantis que não originam o fluxo monetário.

O Contributo da actividade agrícola em 1996, estimava-se em 30,7%, o grupo de famílias contribuíam em 58,4%; cujo cerca de 21,5% são inclusos na produção total geral para o próprio consumo. Do total adicionado que é produzido pelas famílias 79,2% são provenientes da agricultura, tendo em conta nos resultados apresentados na tabela n 167 10, se toda produção familiar fosse tida como informal, diríamos que o sector informal poderia alcançar 41,9% do PIB, daí ser importante olhar para o sector informal, tendo em consideração os aspectos característicos de cada país. Portanto, concluir que para Moçambique apartir dos dados disponíveis, que inclui a produção de actividades informais de famílias é difícil medir e avaliar o contributo do sector informal apesar de visível apartir dos aspectos sociais e económicos.

## 6. CONCLUSÕES

O sector informal contribui para o crescimento económico através da criação de oportunidades de emprego e rendimentos aos que nele intervêm e amplia as possibilidades de escolha dos consumidores e concorrência no mercado.

O sector informal funciona como um "estabilizador económico e social" que serve de "esponja" que absorve a força de trabalho que não consegue emprego formal, desde que seja desenvolvido com suporte legal. Contribuindo para a minimização da pobreza, pelo emprego e consumo que proporciona aos não formais, também a questão de o ajustamento estrutural de muitos países exigir o uso intensivo de capital e consequentemente o incremento do desemprego o sector informal desempenha papel importante na minização dos efeitos do desemprego ao criar oportunidades de consumo, assim o produto e por consequência o crescimento económico continua condição primária para o desenvolvimento económico. ~~XX~~

O sector informal, contrariamente ao sector formal que usa mão de obra especializada, usa mão de obra não especializada. Este facto mostra que o sector informal, para os casos dos países africanos com mão de obra não especializada, pode ser fonte de capacitação, formação dessa mão de obra, a custos substancialmente baixos do que os cobrados pelas instituições de formação do sector formal, preparando-a para o sector formal moderno para além do seu papel na sua absorção.

O sector informal têm uma importância significativa no fomento do uso dos recursos locais e na recuperação e reciclagem dos desperdícios do sector formal.

A falta de acesso de crédito do sector formal a taxas de juros acessíveis limita o potencial da produção do sector informal porque obriga a procura de outras fontes de crédito tornando ainda mais caro o capital e consequente suboptimização do nível de produção e do emprego.

O sector informal dá ocupação as pessoas, tornando-se assim uma fonte de rendimento para as pessoas que não estão no sector formal da economia, mas também é fonte de complemento de rendimento para pessoas com emprego formal. Pela análise feita é de referir que o sector informal não é um fenómeno conjuntural, uma vez que o mesmo persiste mesmos em economias desenvolvidas, coberto de vantagens já citadas no presente trabalho.

## 7. RECOMENDAÇÕES

A escassez de dados sobre o sector informal da economia impede uma análise mais detalhada de suas características e conformações. Porém, o sector informal apresenta outros pontos de vista e não pode ser compreendidos em sua totalidade como subemprego, ou ainda como simples alternativa temporária à indisponibilidade de emprego no sector formal. /

Não se pôde de forma alguma marginalizar, reprimir ou mesmo de formas diversas eliminar o sector informal em qualquer análise da economia de Moçambique, visto que derivado do seu peso e importância, políticas tomadas devem em conta a dinâmica deste sector. Assim é fundamental ter-se uma política que vise a captação dos benefícios do sector passando pela simplificação do sistema de tributação e por via de medidas económicas avantajadas traduzidas num maior ingresso no sector formal, o que pode ser feito por uma política fiscal menos gravosa.

A criação de vantagens reais e económicas são uma realidade que podem conduzir a redução do sector informal e expansão do formal, pois vai possibilitar que os informais se sintam livres e confiantes para com o sistema e não poderão ver o sistema como predador das suas actividades. Não se pode de forma alguma transformar o sector informal de forma administrativa, é preciso assegurar vantagens económicas reais.

Vale destacar que quaisquer sejam as políticas públicas implementadas, estas devem priorizar visões de longo prazo do mercado de trabalho e uma implementação através de programas locais, focalizadas e integradas, de modo a aproveitar as vantagens da subsidiariedade.

Ideal nós seria a construção de um Programa Nacional não desfragmentado, nascido de baixo para cima pelas sugestões das comunidades locais e com sustentação de histórias de sucesso. Que "aproveite" as iniciativas locais – de empresas, entidades de classe e da sociedade civil organizada; mas integrado, que aproveite economias de escala sem a perda da capilaridade e adequação às diferentes peculiaridades regionais.

O Estado deve executar políticas de fomento ao emprego e à educação, qualificação e requalificação profissional, bem como desenvolver programas de protecção ao trabalhador, a política de valorização da força de trabalho através dos investimentos em educação fundamental e de qualificação e requalificação profissional; a modernização da legislação trabalhista, inclusive as propostas destinadas a instituir novas formas de contrato e a reduzir o custo não-salarial do trabalho.

Ao Estado cabe não apenas criar o ambiente institucional e económico favorável à criação de empregos pelo sector privado, de origem nacional e estrangeira, de médio e grande portes, mas, também, desenvolver acções que visem à geração de empregos e de renda, tanto nos micros e pequenos empreendimentos produtivos, formais e informais, quanto naqueles decorrentes de investimentos em infra-estrutura económica e social.

o sector informal deverá ser entendido como um dos principais grupos-alvo/instrumentos de quaisquer estratégias de combate à pobreza; relativamente às estratégias de desenvolvimento, o seu papel deverá ser encarado com sentido da realidade, em função da sua dimensão e do seu peso sócio-económico efectivo, no quadro de estratégias mais amplas, direccionadas, em termos da economia global, para a criação de capacidade competitiva, para a produção de um ambiente institucional facilitador da actividade e crescimento económico, para a remoção de obstáculos/constrangimentos à realização das práticas económicas.

O Estado, nos países em desenvolvimento, continua a ter um papel essencial na regulação e na dinamização do crescimento sustentado (Estado e Mercado não são incompatíveis em termos de estratégia de desenvolvimento), com a finalidade de assegurar estabilidade e confiança (política e jurídica) aos agentes económicos (potenciais investidores), de aumentar a eficiência (mais qualidade e mais competência técnica das instituições e agentes estatais; menos corrupção) e de criar um ambiente favorável à sua actuação

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Abrahamsson, H./Nilsson, A.(1994): *Moçambique em Transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992*. CEEI-ISRI.
2. Abreu, S. R.(1996), *Sector Informal em Moçambique - uma abordagem monetária* - DEE-Banco de Moçambique. Staff Paper nº 5.
3. Abreu, A.P.(1994), *Perspectivas da Economia Nacional até ao final de década*. Abordagem através de uma metodologia participativa. In *Moçambique: Perspectiva Económica*. Castel-Branco, C.N. 1994. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane
4. ALILA, P. O. (1998), *Informal Credit and Rural Small Enterprises Growth*, Journal of Asian and African Studies, Virginia, USA.
5. Ardeni, P. G. (1998), *A Economia Formal e Informal Numa Área Rural de Moçambique*, Faculdade de Economia UEM, Maputo.
6. Banco Mundial, (1990). *África Subsahariana: Da crise até ao crescimento sustentável*. Banco Mundial: Washington.
7. Bornnadel, R. (1991), *Femmes, Villes, Informel, en Afrique au sud du Sahara*, Tiers-Monde, L'informel en question – Paris.
8. Cacciamali, M. C. e Pires, J.M. (1997), *Perspectivas dos Micro e Pequenas Empresas ante o contexto Actual da Económica Mundial Brasileira*. In *Estudos Económicos. Vol. 27-Especial-1997*. São Paulo; Instituto de Pesquisas Económicas
9. Castel-Branco, C.N.(1994). *Moçambique: Perspectivas Económicas*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane.
10. Chichava, J. (1998). – *O sector informal e as economias locais*, Ministério da Administração Estatal, Maputo
11. Colman, D. e Nixon, F.(1981), *Desenvolvimento Económico: Uma Perspectiva Moderna*, Uniers, São Paulo.
12. Dadecca, C. S. e Baltar, P. E., (1997). *Mercado de Trabalho Informalidade nos anos 90*, Estudos Económicos, Vol. 27, Especial, São Paulo.
13. De SOUZA, N. J. (1995), *Desenvolvimento Económico*. Atlas: São Paulo.

14. De Soto, H. ( 1994) – *L'autre Sentier: la révolution informelle dans le tiers monde*, É ditions La Découverte, Paris
15. De Velter, F. (1996), *Estudo Sobre o Sector Informal Em Moçambique, Maputo e Sofala*, MPF. Maputo
16. Franco, A.S.: *A economia Moçambicana Contemporânea ( Colectânea de Ensaio)*; Gabinete de Estudo, Ministério do Plano e Finanças Moçambique.
17. Lopes, S. (1996). *Projecto Mulher no Sector informal, análise do impacto Sócio-económico*, Sida/ Banco Mundial.
18. Mabalane, X., (2000), *Mercado Informal: um mal menor....*, Cartas dos Leitores, Jornal Noticias, 7.10.00, Maputo.
19. Martinet, P. (1991): *Secteur Informel: débats et discussions autour d'un concept*- In: Catherine C.-V. e Serge N. (eds), *Tiers-Monde: L'informel en question* - Paris - pp 31-54
20. Meagher, K. (1995), *Crisis, in formalization and the Urban Informal Sector in Sub-Saharan Africa*. Development and Change Vol. 26, Institute of Social Studies, Oxford; Blackwell Publishers.
21. Meir, G. M. (1989), *Leading Issues in Economic Development*. 5<sup>th</sup> Ed
22. MOA/MSU Research team.1997. *Micro and Small Enterprises in Central and Northern Mozambique: Results of a 1996 survey*. Working Paper n. 27, September 1997. Maputo: Direcção Económica, Ministério de Agricultura e Pesca.
23. Muleide e Elbert, F. (1994), *A Mulher e o Sector Informal*, Maputo.
24. OIT, (Organização Internacional de Trabalho 1993), *15<sup>th</sup> International Conference Of Labour Statistics*, Geneve, janaury
25. Hugon, Ph., *Les entrepreneurs africains et l'analyse économique* in Y. Fauré, ed., *Entreprises et entrepreneurs africains*, Paris 1995
26. Ranis, G. "Analytics of Development: Dualism." Capítulo 4 de Chenery, Hollis e T.N. Srinivasan. *Handbook of Development Economics*. (New York e Oxford: North Holland, Volume I 1988 e Volume II 1989), pp. 74-92
27. Samuelson, P.A. & Nordhaus, W.D., *Economia*, décima quarta edição, 1998 da editora McGraw-Hill

28. Sethuraman (ed). "*The Urban Informal Sector and Industrial Development in a Small City: The Case of Campinas*", in S. V. Sethuraman (ed.), *The Urban Informal Sector in Developing Countries*, Geneva, International Labour Office, 1981.
29. Sevene, M. L., (2000), *O Desemprego em Moçambique*, Cartas na Mesa, Radio Moçambique, 2.10.00, Maputo.
30. Smith II, H.M; Luttrell, M. (1994)- "*Cartels in a Nth-Best world: the wholesale foodstuff trade in Ibadan, Nigeria*", *World Development*, vol 22,3: 323-335, Londres
31. Tella, S. A. (1998), *The Consumption Function and Informal Sector in Nigeria*. The South African Journal of Economics.
32. Todaro, M. (1997), *Economic Development in Third World*. Longman. London
33. Tokman, V. E. (1998), *The Informal Sector: A Police Proposal in Man roundtable and UNDP*



Tabela 02: Distribuição da População, por Categorias de Ocupação, 1991

	Total	Empregados	Trabalhadores por Conta Própria	Trabalhadores Familiars	Empregadores
Total	6734406	669943	2634240	3401745	28478
Agricultural	5915265	58146	2506428	3343937	6754
Non-agricultural	819141	611797	127812	57808	21724
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultural	87.8	8.7	95.1	98.3	23.7
Non-agricultural	12.2	91.3	4.9	1.7	76.3
Total	100.0	9.9	39.1	50.5	0.4
Agricultural	100.0	1.0	42.2	56.5	1
Non-agricultural	100.0	74.7	15.6	7.1	2.7

Fonte: Pesquisa Geral Demográfica 1991

Tabela 03: Distribuição Percentual da População de não-Agrícola, de Acordo com a Actividade Económica, por Ocupação de Categorias, 1991

	Total	Empregados	Trabalhadores Por Conta Própria	Trabalhadores Familiars	Empregadoress
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Pesca	3.2	3.6	3.2	0.3	2.9
Minas	3.7	4.0	2.5	2.7	7.6
Industria de Manufacturas	23.7	26.9	18.0	16.0	16.4
Electrecidade e Água	1.2	1.8	0.0	0.0	0.0
Construção	9.0	10.4	6.9	5.7	4.8
Comércio, Rest. E Hotell	27.3	17.2	51.2	42.0	28.3
Outros Serviços	32.3	36.2	15.2	33.3	40.2

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991

X

Tabela 04: Distribuição Precentual da População de não-Agrícola, de Acordo com a Actividade Económica, por Ocupação de Categorias, 1991

	Total	Empregado res	Trabalhadores por Conta Própria	Trabalhad ores Familiars	Empregad ores
Total	100.0	66.3	20.8	9.4	3.5
Pesca	100.0	74.7	21.1	0.9	3.3
Minas	100.0	71.9	14.0	6.8	7.3
Industria Manufactureira	100.0	75.4	15.8	6.4	2.4
Electricidade e Água	100.0	100.0	0.0	0.0	0.0
Construção	100.0	76.3	15.8	6.0	1.9
Comércio, Rest.e Hotel	100.0	42.3	39.4	14.6	3.7
Outros Serviços	100.0	74.3	11.7	9.7	4.4

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991

Tabela 05: Distribuição da Produção de Acordo com o Produtor 1991

	Total	Empresas	Total da Produção Familiar	Produção familiar p/Mercado	Produção familiar p/Consumo Próprio
Total, 10 <sup>6</sup> MT	4089426	2492186	1597240	974251	622989
Agricultural	965297	89488	875809	273841	601968
Non-agricultural	3124129	2402698	721431	700410	21021
Total %	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultural	23.6	3.6	54.8	28.1	96.6
Non-agricultural	76.4	96.4	45.2	71.9	3.4
Total	100.0	60.9	39.1	23.8	15.2
Agricultural	100.0	9.3	90.7	28.4	62.4
Non-agricultural	100.0	76.9	23.1	22.4	0.7

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991

X

Tabela 06: Distribuição do Valor Adicionado, 1991

	Total	Empresas	Total da Produção Familiar	Produção Familiar P/Mercado	Produção Familiar p/Consumo
Total, 10 <sup>6</sup> MT	2588653	1389730	1198923	612361	586562
Agricultural	876849	50830	826019	256189	569830
Non-agricultural	1711804	1338900	372904	356172	16732
Total %	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultural	33.9	3.7	68.9	41.8	97.1
Non-agricultural	66.1	96.3	31.3	58.2	2.9
Total	100.0	53.7	46.3	23.7	22.7
Agricultural	100.0	5.8	94.2	29.2	65
Non-agricultural	100.0	78.2	21.8	20.8	1

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991

Table 07: Distribuição do Valor Adicionado, 1991

	Total	Empresas	Total da Produção Familiar	Produção Familiar p/Mercado	Produção Familiar p/Consumo
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Pesca	5.8	4.3	11.6	8.2	83.9
Minas	0.6	0.8	0.2	0.2	0.0
Indústria Manufactureira	15.6	16.9	11.1	10.9	16.1
Electricidade and Água	1.2	1.3	1.0	1.0	0.0
Construção	8.8	8.5	9.7	10.2	0.0
Comércio, Rest. e Hotel	39.0	38.5	40.5	42.4	0.0
Outros Serviços	28.9	29.7	25.9	27.1	0.0

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991.

Tabela 08: Distribuição da População Ocupada por Categorias, 1996

	Total	Empgados	Empresa s	Empregados P/ Família	Empregados P/Conta Própria	Trabalhad es da Família	Total de Trab. Em Grupo de Família	Emprega do
Total	7759756	692811	316113	376698	3672920	3374049	7423667	19976
Agricultural	6823886	132674	3650	129024	3342421	3343987	6815432	4804
Non-agricultural	935870	560138	312463	247674	330499	30062	608235	15172
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Agricultural	87.9	19.2	1.2	34.3	91.0	99.1	91.8	24.0
Non-agricultural	12.2	80.8	98.8	65.7	9.0	0.9	8.2	76.0
Total	100.0	8.9	4.1	4.9	47.3	43.5	95.7	0.3
Agricultural	100.0	1.9	0.1	1.9	49.0	49.0	99.9	0.1
Non-agricultural	100.0	59.9	33.4	26.5	35.3	3.2	65.0	1.6

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, IAF 1996, Instituto Nacional de Estatística

Tabela 09: Total da Distribuição da População Empregada 1991-1996

	Total	Empreg ados	Eempregad os de Empresas	Empregados por Família	Empregados P/Conta Própria	Trab. De Família	Total de Trab. Em Grupos de Família	Empreg adores	% trab fami
1991	6734406	669943			2634240	3401745		28478	
1991	100	9.9			39.1	50.5		0.4	
%									
1996	7759756	692811	316113	376698	367920	3374049	7423667	19976	
1996	100	8.9	4.1	4.9	47.1	43.5	95.7	0.3	45.6
%									

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991-1996

Table 10: Distribuição da Produção: Empresas e Famílias, 1996

	Total	Empresas	Total da Produção Familiar	Produção familiar p/Mercado	Produção Familiar p/ Consumo	% do Mercado Total
<b>Total Production</b>	51809775	23758968	28050806	18672089	9378717	
Agricultural	10198865	643527	9555338	4017909	5537429	
Non-agricultural	41610909	23115441	18495468	14654180	3841288	
<b>Total</b>	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
Agricultural	19.7	2.7	34.1	21.5	59.0	
Non-agricultural	50.3	97.3	65.9	78.5	44.1	
<b>Total</b>	100.0	45.9	54.1	36.0	18.1	44.0
Agricultural	100.0	6.3	93.7	39.4	54.3	86.2
Non-agricultural	100.0	55.6	44.4	35.2	9.2	38.8

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991-1996

Tabela 11: Distribuição do Valor Adicionado, 1996

	Total	Empres as	Produção Familiar Total	Produção Familiar p/Mercado	Produção Familiar p/Consumo	% do Mercado Total
<b>Total</b>	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	
Agricultural	30.7	3.3	50.3	33.5	79.2	
Non-agricultural	69.3	96.7	49.7	66.5	20.2	
<b>Total</b>	100.0	41.6	55.4	36.9	21.5	
Agricultural	100.0	4.4	95.6	40.2	55.4	
Non-agricultural	100.0	58.1	41.9	35.4	6.4	

Fonte: Balanço Geral de Moçambique, 1991